

Jaguar e Land
Rover Brasil
Indústria e
Comércio de
Veículos Ltda.

**Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de março de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

Jaguar e Land Rover Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jaguar e Land Rover Indústria e Comércio de Veículos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaguar e Land Rover Indústria e Comércio de Veículos Ltda. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

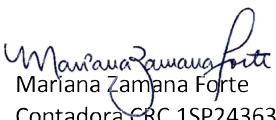
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Mariana Zamana Forte
Contadora CRC 1SP243636/O-3

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	2025	2024	Passivos	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.247	133.117	Fornecedores	11	179.420	313.623
Contas a receber de clientes	5	51.153	97.332	Impostos e contribuições a recolher	12	28.074	44.124
Estoques	6	283.187	354.914	Salários e encargos sociais	13	17.781	17.908
Impostos a recuperar	7	9.524	45.615	Provisão para garantia, incentivos de vendas e outros	14	146.871	171.899
Outras contas a receber		3.624	3.877	Receita diferida	21	30.576	28.192
Total do ativo circulante		459.735	634.855	Provisão para imposto de renda corrente		271	1.793
				Passivos de arrendamento		2.335	3.062
				Outras contas a pagar		25.852	33.313
				Total do passivo circulante		431.180	613.914
Impostos a recuperar	7	3.809	3.750				
Depósitos judiciais	15	53.500	30.984	Provisão para garantia, incentivos de vendas e outros	13	54.804	54.899
Ativo fiscal diferido	9	243.787	262.985	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	75.169	80.578
Outras contas a receber	10	123.824	7.105	Receita diferida	14	71.400	76.194
Total do realizável a longo prazo		424.920	304.824	Passivos de arrendamento	21	14.367	16.654
				Total do passivo não circulante		215.740	228.325
Imobilizado	8	376.864	404.237				
Intangível	8	398	548	Capital social	16	616.628	616.628
Total do ativo não circulante		802.182	709.609	Reserva de lucros	16	215.913	98.589
				Prejuízos acumulados		(217.544)	(212.992)
				Total do patrimônio líquido		614.997	502.225
Total do ativo		1.261.917	1.344.464	Total do passivo e patrimônio líquido		1.261.917	1.344.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	17	1.730.362	2.296.460
Custo dos produtos vendidos	18	<u>(1.290.318)</u>	<u>(1.864.573)</u>
Lucro bruto		<u>440.044</u>	<u>431.887</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	18	(179.210)	(182.800)
Gerais e administrativas	18	(130.241)	(117.920)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	(152)	45
Outras despesas	19	(6.537)	(19.464)
Outras receitas	19	<u>9.788</u>	<u>7.320</u>
		<u>(306.352)</u>	<u>(312.819)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		133.692	119.068
 Receitas financeiras	20	23.926	7.154
Despesas financeiras	20	<u>(3.682)</u>	<u>(4.062)</u>
Resultado financeiro líquido		20.244	3.092
 Resultado antes dos impostos		153.936	122.160
 Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(21.965)	(30.317)
Diferido	9	<u>(19.199)</u>	<u>141.784</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>112.772</u></u>	<u><u>233.627</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	112.772	233.627
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>112.772</u></u>	<u><u>233.627</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Reserva de lucros			Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de lucro	Reserva de incentivo fiscais	
Saldos em 01 de abril de 2023	16	616.628	98.589	-	268.598
Lucro líquido do exercício		-	-	-	233.627
Saldos em 31 de março de 2024	16	616.628	98.589	-	502.225
Absorção de reserva de lucro	16a	-	(98.589)	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16b	-	-	215.913	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	112.772
Saldos em 31 de março de 2025		616.628	-	215.913	614.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		153.936	122.160
Ajustes para:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	11.690	15.460
Provisão de garantia, incentivos de vendas e outros	13	147.459	219.094
Depreciações e amortizações	8	31.559	30.921
(Provisão) para perdas e estoques obsoletos	6	(1.330)	(83)
Reversão/(Provisão) para perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	152	(45)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	8	1.712	4.004
Variação cambial	20	6	(30)
Receita diferida	14	(2.410)	24.811
Provisão de juros sobre arrendamentos	21	1.474	2.614
Atualização monetária de depósitos judiciais	15	(23.541)	-
Variações em:			
Contas a receber	5	46.027	(43.400)
Estoques	6	73.057	13.739
Impostos a recuperar	7	36.032	10.623
Outras contas a receber de partes relacionadas		(116.466)	(5.056)
Depósitos judiciais	15	1.025	(830)
Fornecedores	11	(134.209)	(264.820)
Impostos e contribuições a recolher	12	(16.050)	(48.710)
Salários e encargos sociais		(127)	5.447
Pagamento de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	(17.099)	(5.606)
Pagamento de provisão de garantia, incentivos de vendas e outros	13	(172.582)	(109.277)
Outras contas a pagar		(7.461)	6.206
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, antes de imposto de renda e contribuição social			
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	21	(236)	(789)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.488)	(40.162)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
		(10.870)	(63.729)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	8	(5.726)	(14.360)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
		(5.726)	(14.360)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento			
Pagamento de principal de arrendamento mercantil	21	(4.274)	(4.330)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
		(4.274)	(4.330)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		(20.870)	(82.419)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril de 2024		133.117	215.536
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2025		112.247	133.117
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		(20.870)	(82.419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda. (“Empresa” ou “JLR Brasil”) é uma sociedade limitada, com sede na Avenida Ibirapuera, 2.332 - Torre I - 10º andar, em São Paulo, Estado de São Paulo, cujos principais objetivos são a produção de veículos automotores e a importação e o comércio de veículos automotores, máquinas, ferramentas, peças, componentes e acessórios, a prestação de serviços relacionados às atividades descritas.

Os veículos e outros produtos revendidos pela Empresa são importados da parte relacionada Jaguar Land Rover Limited (“Controladora” ou “JLR UK”), entidade localizada no Reino Unido.

Em dezembro de 2014, a Empresa iniciou a construção de fábrica em Itatiaia - RJ, com capacidade produtiva de montagem de até 24.000 veículos por ano. Em junho de 2016, a Empresa começou produzindo os modelos Evoque e Discovery Sport, deixando de produzir o modelo Evoque em 2019. Atualmente a Empresa está produzindo o modelo Discovery Sport e, em novembro de 2021, voltou a produzir o modelo Evoque, com uma produção média de 1.750 unidades por ano dos dois modelos.

A controladora final do Grupo Jaguar e Land Rover é a Tata Motors Limited, Empresa de capital aberto localizada na Índia com ações negociadas na “New York Stock Exchange - NYSE” e “Bombay Stock Exchange”.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Empresa. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 21** - Passivos de arrendamento - Prazo do arrendamento se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - Contas a receber - provisão para perdas esperadas de contas a receber
- **Nota explicativa nº 6** - Estoques - provisão para perdas e estoques obsoletos
- **Nota explicativa nº 8** - Imobilizado - análise de redução ao valor recuperável
- **Nota explicativa nº 9** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota explicativa nº 13** - Provisão para garantia, incentivos de vendas e outros
- **Nota explicativa nº 15** - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

e. Estoques

O saldo de estoques é substancialmente formado por produtos acabados, matérias-primas e estoques em trânsito os quais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Quando evidências são identificadas e o valor do custo médio de aquisição excede o valor realizável líquido, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor realizável no resultado do exercício.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item serão auferidos pela Empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação reflete o padrão de consumo pela Empresa dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, e terrenos não são depreciados. Vide taxas anuais de depreciação na nota explicativa nº 8.

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Um item do imobilizado é baixado no momento da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado, determinados pela diferença entre a consideração recebida na venda e o valor contábil do ativo.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações cambiais e monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Provisão para garantia, recall, incentivos de vendas e outros

A provisão para garantia é constituída à época da venda do veículo, com base na estimativa do valor a ser gasto durante o período da garantia de três anos. Essa estimativa é baseada em informações históricas sobre a ocorrência de situações de garantia, tendo em conta as estimativas de frequência e custo médio de reparos por modelo de veículo. Os gastos estimados, que serão incorridos com garantia, são registrados como despesas comerciais. Os gastos efetivamente incorridos com eventuais campanhas de *recall* são reembolsados pela controladora. Os incentivos de vendas são os bônus de performance pagos aos concessionários à época da venda do veículo, os valores são determinados com base nos modelos dos veículos e alíquota de performance estipulados em política de vendas.

i. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos e é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O ativo fiscal diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributárias relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A mensuração dos ativos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Reconhecimento de receitas

Venda de produtos

A norma CPC 47 estabelece princípios que uma Empresa deve aplicar para determinar a mensuração de uma receita e como e quando ela deve ser reconhecida, baseada em cinco etapas, sendo: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Prestação de serviços

A receita e os custos associados à prestação de serviços são reconhecidos quando os serviços são prestados e os materiais beneficiados são entregues ao cliente.

Receita diferida de serviços

A Empresa aloca uma parte da contraprestação recebida ao programa “service plan”, o qual o cliente opta no ato da compra e efetua pagamentos para obtenção de benefícios financeiros (descontos) nas futuras revisões do veículo. O valor desembolsado pelo cliente na adesão é alocado ao plano e a receita diferida é reconhecida mediante a utilização do serviço contratado no decorrer do período.

l. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros e passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

(i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iv) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no de reconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

- Para o contas a receber, a metodologia de cálculo determina se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas esperadas de contas a receber, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a ser incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterara sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa.

3 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	55.501	102.714
Fundo de investimento DI	324	212
Investimentos overnight (*)	<u>56.422</u>	<u>30.191</u>
Total	<u>112.247</u>	<u>133.117</u>

(*) Os investimentos em 31 de março de 2025 e 2024 correspondem a investimentos overnight indexados a 10% ao ano da variação do Certificado de Depósito Interbancário.

5 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de concessionários	51.305	97.332
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	<u>(152)</u>	<u>-</u>
Total	<u>51.153</u>	<u>97.332</u>

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas, quando aplicável, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

Os saldos de contas a receber por idade de vencimento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
A vencer	47.206	38.474
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.947	58.858
De 31 a 90 dias	-	-
De 91 a 120 dias	<u>152</u>	<u>-</u>
Total	<u>51.305</u>	<u>97.332</u>

O prazo médio de recebimento na venda aos concessionários é de 28 dias na venda de peças, sem incidência de juros e de 2 dias na venda de veículos.

Movimentação da provisão para perda esperada de contas a receber

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>-</u>	<u>(45)</u>
Adição	(152)	-
Reversão	<u>-</u>	<u>45</u>
Saldo no fim do exercício	<u><u>(152)</u></u>	<u><u>-</u></u>

6 Estoques

	2025	2024
Veículos	116.098	137.981
Peças e acessórios	120.808	120.353
Importações em trânsito	57.761	109.390
Provisão para perdas e estoques obsoletos	<u>(11.480)</u>	<u>(12.810)</u>
Total	<u>283.187</u>	<u>354.914</u>

Movimentação da provisão para perdas e estoques obsoletos

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>(12.810)</u>	<u>(12.893)</u>
Adição	(8.412)	(8.779)
Baixas	<u>9.742</u>	<u>8.862</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(11.480)</u>	<u>(12.810)</u>

7 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar (a)	-	26.629
ICMS sobre ativo fixo	3.809	3.750
IPI a recuperar (b)	5.890	11.267
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	287	583
Adiantamento de impostos (c)	-	6.374
IPRJ Base Negativa	2.221	-
CSLL Base Negativa	599	-
Outros	<u>527</u>	<u>762</u>
Total	<u>13.333</u>	<u>49.365</u>
Parcela circulante	9.524	45.615
Parcela não circulante	<u>3.809</u>	<u>3.750</u>
Total	<u>13.333</u>	<u>49.365</u>

- (a) O saldo de ICMS nos estabelecimentos de São Paulo serão utilizados em alguns meses após a implementação de transferência de veículos de Itatiaia para São Paulo e posterior revenda para os concessionários localizados nesse Estado. A adaptação do sistema SAP foi concluída em Março de 2023 e início das vendas em Abril de 2023. O consumo do saldo de ICMS a recuperar foi concluído no decorrer do ano de 2024.
- (b) De acordo com a portaria MDIC 2.202/18, a partir de 2022 a JLR passou a se beneficiar da redução de IPI (1 ou 2 pp de redução conforme classificação) dos veículos que atingiram os níveis de eficiência energética previstos no programa Rota 2030.
- (c) Impostos pagos antecipadamente do processo de importação, cujo pagamento no encerramento de 2024 foi realizado via débito automático no último dia do mês, porém a nota fiscal de entrada foi emitida apenas em Abril de 2024, não sendo possível registrar os impostos a recuperar e impostos não recuperáveis.

8 Imobilizado e Intangível

		2025		2024	
	Taxa anual de depreciação/amortização %	Custo	Depreciação/Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado:					
Ativo de direito de uso	16	8.090	(7.416)	674	1.955
Terrenos	-	101.431	-	101.431	101.431
Edifícios	4	284.085	(102.581)	181.504	193.240
Móveis e utensílios	10	2.755	(1.503)	1.252	1.028
Máquinas e equipamentos	10	182.149	(114.626)	67.523	75.997
Equipamentos de informática	20	38.529	(30.858)	7.671	11.564
Ferramentas especiais	10	57.624	(57.176)	448	673
Veículos automotores	11	1.365	(1.159)	206	278
Imobilizado em andamento	-	16.154	-	16.154	16.294
Intangível:					
Software	33	2.517	(2.118)	399	548
Total		694.699	(317.437)	377.262	404.785

Movimentação do imobilizado

	2025	2024
Saldo no início do exercício	404.785	425.235
Adições:		
Direito de uso	22	115
Terrenos	1.246	2.890
Edifícios	945	782
Móveis e utensílios	451	46
Veículos automotores	720	-
Máquinas e equipamentos	847	9.078
Equipamentos de informática	269	279
Ferramentas especiais	362	240
Software	92	616
Imobilizado em andamento	794	429
Total adições	5.748	14.475
Baixas líquidas	(1.712)	(4.004)
Depreciação/amortização - nota explicativa nº 18	(31.559)	(30.921)
Saldo no fim do exercício	377.262	404.785

Avaliação de impairment

Anualmente a Empresa realiza o cálculo de perda no valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados.

Em 31 de Março de 2018 a Empresa registrou uma perda na recuperação dos seus ativos baseada no valor justo dos ativos imobilizados no montante de R\$ 157,2 milhões. A Empresa atualiza a análise anualmente, porém não houve necessidade de complementar o valor já existente; portanto, nenhuma adição da provisão foi registrada até o presente momento.

Adicionalmente, não houve alteração nas premissas e cenário dos negócios.

A Empresa possui uma única unidade geradora de caixa (UGC), cujo valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa descontado com base em orçamento financeiro de dez anos e taxa de desconto real de 11,7% como média do período.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de dez anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no plano estratégico aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa descontado são:

- **Receitas:** Projetadas de 2026 a 2035 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- **Custos e despesas operacionais:** Projetados com base no desempenho histórico da Empresa e no cenário avaliado em seu plano estratégico.
- **Investimentos fixos:** As projeções de investimentos fixos visam à reposição da base de ativos fixos operacionais.
- **Investimentos em capital de giro:** Projetados com base no crescimento das receitas.
- **Valor terminal:** Estimado com base na projeção de fluxo de caixa descontado levando em conta as expectativas projetadas de 2026 a 2035 e taxa de desconto médio do período.

9 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social referente aos exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024 é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	153.936	122.160
Alíquota do imposto	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota	(52.338)	(41.534)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes:		
Ajuste ao preço de transferência	-	(3.138)
Subvenção para investimentos	13.146	44.904
Saldo negativo de imposto de renda (a)	850	2.199
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal (b)	-	100.329
Outros	(2.822)	8.707
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	(41.164)	111.467
Correntes	(21.965)	(30.317)
Diferido	(19.199)	141.784
Alíquota efetiva	-27%	91%

- (a) O saldo negativo de IRPJ foi verificado no encerramento do período junto com o SPED contábil de 2023 e registrado em Dezembro de 2024, referente a um pagamento excedente de Imposto de Renda. O saldo de 2024 registrado em Setembro de 2023 é referente ao SPED contábil de 2022.
- (b) Considerando o Business Plan preparado pela Empresa para os próximos cinco anos, identificou-se apuração de lucro fiscal e consequente consumo de saldo de prejuízo no ano de 2024. Para atendimento às regras contábeis, constantes no CPC 23, em Março de 2024 foi constituído Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre prejuízo fiscal, no montante de R\$ 100.329.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é demonstrado como segue:

	2025	2024
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:		
Provisão para perda esperada de contas a receber	52	-
Provisão para bônus	12.404	11.141
Provisão para riscos	25.666	28.116
Provisão para garantia e assistência técnica	39.989	35.494
Provisão para incentivo de vendas e marketing	16.220	30.491
Provisão para empregados	2.833	2.903
Provisão de inventário	362	537
Provisão para investimentos	713	535
Valor recuperável dos ativos imobilizado (impairment)	53.439	53.439
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	92.109	100.329
Total	243.787	262.985

Movimentação dos saldos de ativos fiscais diferidos

	Reconhecido no resultado 2024	Saldo 2024	Reconhecido no resultado 2025	Saldo 2025
Provisão para perda esperada de contas a receber	(15)	-	52	52
Provisão para bônus	6.890	11.141	1.263	12.404
Provisão para riscos	2.367	28.116	(2.450)	25.666
Provisão para garantia e assistência técnica	5.040	35.494	4.495	39.989
Provisão para incentivo de vendas e marketing	25.354	30.491	(14.271)	16.220
Provisão para empregados	1.693	2.903	(70)	2.833
Provisão de inventário	(27)	537	(175)	362
Provisão para investimentos	152	535	178	713
Valor recuperável dos ativos	-	53.439	-	53.439
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	100.329	100.329	(8.220)	92.109
Imposto líquido ativo	141.783	262.985	(19.198)	243.787

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos.

10 Partes Relacionadas

Referem-se a transações efetuadas com a controladora (Jaguar Land Rover Limited).

	2025	2024
Saldos:		
Outras contas a receber (a)	123.824	7.105
Fornecedores - partes relacionadas (b) - Nota explicativa nº 11	156.761	290.687

- (a) Em Janeiro de 2025, a Empresa reconheceu um contas a receber de partes relacionadas com relação ao ajuste de preço de transferência no valor de R\$123.635, com previsão de pagamento no decorrer do ano de 2026 (após o encerramento do próximo ano fiscal - 31 de março de 2026). O restante do saldo, equivalente a R\$ 189, refere-se a valores a receber por reembolso de despesas e de gastos incorridos (peças e mão de obra) com *recall* de veículos, sem prazo de vencimento fixado nem incidência de encargos.

Referem-se a valores a pagar por aquisição de veículos, peças e acessórios com a controladora, denominados em moeda local.

	2025	2024
Transações:		
Aquisições de peças e veículos	929.561	707.707

Remuneração dos administradores

Os gastos com remuneração dos administradores durante o exercício findo em 31 de março de 2025 somaram R\$ 3.202 (R\$ 2.282 em 2024). Essa remuneração é constituída de salários e encargos, incluindo 13º salário e férias, e planos de benefícios de curto prazo, como assistência médica e odontológica, entre outros.

11 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	22.659	22.936
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota explicativa nº 10)	<u>156.761</u>	<u>290.687</u>
Total	<u><u>179.420</u></u>	<u><u>313.623</u></u>

12 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
ICMS	1.289	-
PIS	1.726	2.806
COFINS	8.259	13.603
ICMS-ST	16.484	27.219
Outros	<u>316</u>	<u>496</u>
Total	<u><u>28.074</u></u>	<u><u>44.124</u></u>

As variações dos saldos dos impostos a recolher referem-se aos volumes de vendas do mês de Março de 2025 quando comparado com os volumes de Março de 2024.

13 Provisão para garantia, incentivos de vendas e outros

	2025	2024
Provisão para garantia e assistência técnica (a)	117.484	104.352
Incentivos de vendas (b)	77.839	113.066
Comissão de venda direta	1.549	2.117
Provisão para marketing	<u>4.803</u>	<u>7.263</u>
Total	<u><u>201.675</u></u>	<u><u>226.798</u></u>
Parcela circulante	146.871	171.899
Parcela não circulante	<u>54.804</u>	<u>54.899</u>
Total	<u><u>201.675</u></u>	<u><u>226.798</u></u>

- (a) Constituída à época da venda do veículo, com base na estimativa do valor a ser gasto durante o período da garantia de três anos. Essa estimativa é baseada em informações históricas sobre a ocorrência de situações de garantia, tendo em conta as estimativas de frequência e custo médio de reparos por modelo de veículo. Os gastos estimados que serão incorridos com garantia são registrados como despesas comerciais.

- (b) Bônus de performance pago aos concessionários à época da venda do veículo, os valores são determinados com base nos modelos dos veículos e alíquota de performance estipulado em política de vendas.

Movimentação da provisão para garantia e assistência técnica

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>104.352</u>	<u>89.369</u>
Adição	112.507	95.866
Pagamentos	(99.375)	(80.883)
Saldo no fim do exercício	<u>117.484</u>	<u>104.352</u>

Movimentação da provisão para incentivo de vendas

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>113.066</u>	<u>23.977</u>
Adição	112.113	117.483
Pagamentos	(147.340)	(28.394)
Saldo no fim do exercício	<u>77.839</u>	<u>113.066</u>

14 Receita diferida

	2025	2024
Receita diferida - Terreno (a)	24.340	25.390
Receita diferida - "Service plan" (b)	<u>77.636</u>	<u>78.996</u>
Total	<u>101.976</u>	<u>104.386</u>
Parcela circulante	30.576	28.192
Parcela não circulante	<u>71.400</u>	<u>76.194</u>
Total	<u>101.976</u>	<u>104.386</u>

- (a) Receita diferida referente ao benefício recebido de um terreno doado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro como subvenção para investimento para construção da sua fábrica no Estado. A contrapartida deste terreno foi registrada como receita diferida e está sendo compensada no resultado do período, com período estimado de compensação em 18 anos. Em 2021 a Empresa atingiu as contrapartidas obrigatórias estabelecidas, como por exemplo, geração de empregos, investimento em pesquisa e desenvolvimento, investimento em projetos sociais, culturais, ambientais, de ciências e tecnologia e de ensino técnico profissionalizante e 400 funcionários dedicados a fábrica de Itatiaia.
- (b) Receita diferida referente à prestação de serviço, o qual o cliente opta pelo mesmo no ato da compra e efetua pagamentos para obter benefícios financeiros (descontos) nas futuras revisões do veículo.

15 Provisão para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

	2025	2024
Cíveis	33.498	46.240
Tributária (a)	<u>41.671</u>	<u>34.338</u>
Total	<u>75.169</u>	<u>80.578</u>

Movimentação da provisão para riscos

	Saldo em 2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 2025
Cíveis	46.240	14.591	(10.234)	(17.099)	33.498
Tributária (a)	<u>34.338</u>	<u>7.333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.671</u>
Total	<u>80.578</u>	<u>21.924</u>	<u>(10.234)</u>	<u>(17.099)</u>	<u>75.169</u>

- (a) Trata-se do Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em 11/07/2018, a fim de exigir valores a título de ICMS, ao argumento de que a Empresa teria escriturado equivocadamente os documentos fiscais - que dão lastros às operações autuadas-, e com isso, evitado a suposta incidência do ICMS. Em 31 de Dezembro de 2022 o caso foi encerrado na discussão administrativa e a Empresa ingressou com a ação anulatória, mas o indicativo do escritório responsável é o risco de perda é provável, por conta da falta de documentação comprobatória.

Em 31 de março de 2025, as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Empresa como risco de perda possível no montante de R\$ 296.098 (R\$ 268.263 em 2024). Os processos de perda possível são pulverizados e possuem a natureza tributária (R\$ 214.784), cível (R\$ 80.579) e trabalhista (R\$ 735).

A Empresa apresenta depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

Movimentação de depósitos judiciais

	2025	2024
Saldo no início do exercício	<u>30.984</u>	<u>30.154</u>
Adição	5.083	3.027
Atualização monetária	23.541	-
Baixas e utilizações	<u>(6.108)</u>	<u>(2.197)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>53.500</u>	<u>30.984</u>

O montante de depósitos judiciais representado acima tem em sua maioria origem tributária, em um total de R\$ 51.439 e os demais processos pulverizados representam R\$ 2.061.

16 Capital social

O capital social da Empresa, subscrito e integralizado, é de R\$ 616.628 em 31 de março de 2025 e 2024, representado por 616.627.735 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes cotistas:

	Cotas	
	2025	2024
Cotistas:		
Jaguar Land Rover Limited	616.627.734	616.627.734
JLR Nominee Company Limited	1	1
Total	<u>616.627.735</u>	<u>616.627.735</u>

a. Reserva de lucros - Absorção

O saldo de reserva de lucros em 31 de março de 2024 foi constituído inicialmente com base nos lucros apurados nos exercícios de 2014 e 2015, no qual a Empresa teve R\$ 117.380 e R\$ 27.261 de lucro, respectivamente. Do montante da reserva, R\$ 5.970 foram destinados a juros sobre capital próprio a pagar e R\$ 40.000 foram integralizados ao capital social em 15 de fevereiro 2015.

Em dezembro de 2024, a Empresa integralizou o montante total de reserva de lucros de R\$ 98.589 que mantinha em reserva ao prejuízo acumulado. A ação foi aprovada e formalizada em ata de reunião ordinária de sócios realizada em 14 de Novembro de 2024.

b. Reserva de lucros - Constituição

Uma reserva de lucros no montante de R\$ 215.913 foi constituída em dezembro de 2024 com base nos benefícios usufruídos durante os períodos de 2021 a 2023, sendo R\$ 46.919 relativo a 2021, R\$ 48.106 relativo a 2022 e R\$ 120.888 relativo a 2023. A ação foi aprovada e formalizada em ata de reunião ordinária de sócios realizada em 14 de novembro de 2024.

A origem da reserva de lucros se dá por conta do contrato de financiamento celebrado entre a JLR e o Estado do Rio de Janeiro em 16/04/2014 e corresponde à soma das “compensações mensais” de ICMS da filial do Município de Itatiaia - RJ.

O referido contrato foi aprovado por conta do enquadramento da JLR no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes (“RIOINVEST”), efetivado por meio da Lei Estadual nº 6.661/2014, estando inserido no contexto do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (“FUNDES”) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 23.012/1997.

Tanto o RIOINVEST, quanto o FUNDES, que fundamentam o tratamento tributário em referência, foram reinstituídos no Rio de Janeiro por meio do Decreto Estadual nº 46.409/2018, com fundamento no Convênio ICMS nº 190/2017 e na Lei Complementar nº 160/2017.

Uma vez cumpridos todos os requisitos legais, a JLR passou a utilizar os recursos do FUNDES no projeto de implantação de uma fábrica de veículos premium localizada no Rio de Janeiro (fases de implantação, pré-operação e operação), em área doada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) nos termos da Lei Estadual nº 6.663/2014. Os benefícios de ICMS decorrentes do enquadramento da JLR no FUNDES também possuem como fundamento a Lei Estadual nº 6.662/2014.

O contrato de financiamento celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a JLR envolve uma dinâmica de financiamento mensal, limitada a até 80% do ICMS próprio devido que, na prática, converte-se em desconto desse imposto apurado mensalmente, em decorrência da inadimplência do estado no âmbito do FUNDES.

17 Receita operacional líquida

	2025	2024
Vendas no mercado interno	2.680.666	3.679.074
Vendas de prestação de serviços	31.557	28.512
Impostos incidentes sobre vendas	(790.263)	(1.106.834)
Devoluções, descontos e abatimentos	<u>(191.598)</u>	<u>(304.292)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.730.362</u>	<u>2.296.460</u>

18 Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Matéria-prima e materiais de consumo utilizados	(1.258.759)	(1.833.652)
Custos e despesas com depreciação e amortização (nota explicativa nº 8)	(31.559)	(30.921)
Custos e despesas com empregados	(82.976)	(76.943)
Despesas com estrutura e manutenção	(18.204)	(8.972)
Despesas com seguros, garantia, taxas e encargos	(15.129)	(18.632)
Despesas com informática e projetos	(2.185)	(2.953)
Despesas com serviços de terceiros e outros	(11.747)	(10.420)
Despesas com propaganda, promoções e vendas	<u>(179.210)</u>	<u>(182.800)</u>
Total de custo dos produtos vendidos e das despesas comerciais, gerais e administrativas e de pessoal	<u>(1.599.769)</u>	<u>(2.165.293)</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.290.318)	(1.864.573)
Despesas comerciais	(179.210)	(182.800)
Despesas gerais e administrativas	<u>(130.241)</u>	<u>(117.920)</u>
Total	<u>(1.599.769)</u>	<u>(2.165.293)</u>

19 Outras receitas (despesas)

	2025	2024
Benefício Fiscal sobre terreno	2.464	2.464
Comissões	6.007	4.062
Outras	<u>1.317</u>	<u>794</u>
Total outras receitas	<u>9.788</u>	<u>7.320</u>
Provisão para riscos – Nota explicativa nº 15	(4.825)	(15.460)
Baixa de ativo	<u>(1.712)</u>	<u>(4.004)</u>
Total outras despesas	<u>(6.537)</u>	<u>(19.464)</u>

20 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	<u>(3.682)</u>	<u>(4.062)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(3.682)</u>	<u>(4.062)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	391	103
Atualização monetária (a)	23.541	7.020
Variação cambial líquida	<u>(6)</u>	<u>31</u>
Total de receitas financeiras	<u>23.926</u>	<u>7.154</u>
Resultado financeiro líquido	<u>20.244</u>	<u>3.092</u>

(a) Refere-se à atualização monetária dos depósitos judiciais no montante de R\$ 23.541, nota explicativa nº15

21 Passivos de Arrendamentos

	2025	2024
Classes		
Edifícios	681	2.313
Máquinas e equipamentos	155	-
Estação de tratamento de água (Water Plant)	<u>15.866</u>	<u>17.403</u>
Total	<u>16.702</u>	<u>19.716</u>
Parcela circulante	2.335	3.062
Parcela não circulante	<u>14.367</u>	<u>16.654</u>
Total	<u>16.702</u>	<u>19.716</u>

a. Movimentação passivos de arrendamento

01 de abril 2023	<u>22.106</u>
Juros sobre arrendamento	2.614
Adição de direito de uso	115
Pagamento de principal de arrendamento	(4.330)
Pagamento de juros de arrendamento	<u>(789)</u>
31 de março 2024	<u>19.716</u>
Juros sobre arrendamento	1.474
Adição de arrendamento	22
Pagamento de principal de arrendamento	(4.274)
Pagamento de juros de arrendamento	<u>(236)</u>
31 de março 2025	<u>16.702</u>

b. Cronograma de vencimento do passivo com arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil a pagar	R\$
2025	2.335
2026	2.314
2027	2.477
2028	2.957
2029	3.529
2030 em diante	<u>3.090</u>
Total de passivos com arrendamento	<u><u>16.702</u></u>
Circulante	2.335
Não circulante	14.367

22 Instrumentos financeiros

22.1 Classificação contábil e valores justos

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e passivos de arrendamento, não divergem dos respectivos valores justos em 31 de março de 2025 e 2024.

2025					
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total em 31 de março de 2025	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.247	-	112.247	112.247
Contas a receber	5	51.153	-	51.153	51.153
Outras contas a receber	10	<u>123.824</u>	<u>-</u>	<u>123.824</u>	<u>123.824</u>
		<u>287.224</u>	<u>-</u>	<u>287.224</u>	<u>287.224</u>
Passivos					
Fornecedores	11	<u>-</u>	<u>179.420</u>	<u>179.420</u>	<u>179.420</u>
		<u>-</u>	<u>179.420</u>	<u>179.420</u>	<u>179.420</u>
2024					
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total em 31 de março de 2024	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	133.117	-	133.117	133.117
Contas a receber	5	<u>97.332</u>	<u>-</u>	<u>97.332</u>	<u>97.332</u>
		<u>230.449</u>	<u>-</u>	<u>230.449</u>	<u>230.449</u>
Passivos					
Fornecedores	11	<u>-</u>	<u>313.623</u>	<u>313.623</u>	<u>313.623</u>
		<u>-</u>	<u>313.623</u>	<u>313.623</u>	<u>313.623</u>

22.2 Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota explicativa nº4	112.247	133.117
Contas a receber – Nota explicativa nº5	51.153	97.332

Risco cambial

A Empresa não está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

O quadro abaixo analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	2025	2024
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores - Nota explicativa nº11	22.659	22.936
Fornecedores - Partes relacionadas - Nota explicativa nº10	156.761	286.767
Passivos de arrendamento - Nota explicativa nº21	16.702	19.716

O prazo médio de pagamento dos fornecedores terceiros é de 30 dias, enquanto que o de partes relacionadas é de 180 dias.

	Fluxo de caixa					
	Valor contábil	Valor Total	2 meses ou menos	2 – 6 meses	6 – 12 meses	Acima de 12 meses
Passivos						
Fornecedores – Nota explicativa nº 11	22.659	22.659	22.659	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas – nota explicativa nº10	156.761	156.761	-	156.761	-	-
Passivos de arrendamento - Nota explicativa nº21	16.702	16.702	389	778	1.167	14.368
	196.122	196.122	23.048	157.539	1.167	14.368

Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Empresa é minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros relacionadas às aplicações financeiras no ativo circulante.

Exposição ao risco de taxa de juros

	2025	2024
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota explicativa nº4	112.247	133.117

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduziu) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb Diminuição
31 de março de 2024				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	206	(206)	502.431	502.019
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>206</u>	<u>(206)</u>	<u>502.431</u>	<u>502.019</u>

	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb Diminuição
31 de março de 2025				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	7.877	(7.877)	622.874	607.120
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>7.877</u>	<u>(7.877)</u>	<u>622.874</u>	<u>607.120</u>

* * *

Diretoria

Joao Henrique Garbin de Oliveira
Diretor Presidente

Margareth Licnerski Gonçalves
Diretora Financeira

Hsu Wei Zheng
Contador
CRC 1SP310236/O-0

Jaguar e Land
Rover Brasil
Indústria e
Comércio de
Veículos Ltda.

Financial statements for the financial
year ending March 31, 2025

Contents

Independent auditors' report on the financial statements	3
Balance sheet	6
Income statement	7
Statement of comprehensive income	8
Statement of changes in equity	9
Cash flow statement	10
Explanatory notes to the financial statements	11

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Phone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Report of the independent auditors on the financial statements

To the management and officers of

Jaguar e Land Rover Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

São Paulo - SP

Opinion

We have examined the financial statements of Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda. ("Company"), which comprise the balance sheet at March 31, 2025 and the respective profit and loss statements, comprehensive income, changes in equity, and cash flows for the year ended on this date, as well as the respective accompanying notes, including the summary of the main accounting practices and other explanatory information.

In our opinion, the financial statements referred to above present fairly, in all material respects, the financial position of Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda. at March 31, 2025, its financial performance, and its cash flows for the year ended on this date, in accordance with accounting practices adopted in Brazil.

Basis for opinion

Our audit was conducted in accordance with the Brazilian and international audit rules. Our responsibilities, in compliance with these rules, are described in the following section referred to as "Independent auditor's responsibility for the financial statements." We are independent with respect to the Company, in accordance with the significant ethical principles set forth in the Code of Professional Ethics of the Accountant and in the professional standards issued by the Federal Accounting Council, and we comply with the other ethical responsibilities according to such rules. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

Management's responsibility for the financial statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In the preparation of the financial statements, management is responsible for assessing the Company's ability to continue as a going concern, disclosing, when applicable, matters related to its operational continuity and the use of this accounting basis in the preparation of the financial statements, unless management intends to liquidate the Company or cease its operations, or has no realistic alternative but to do so.

Auditors' responsibilities for auditing the financial statements

Our purposes are to obtain reasonable assurance that the financial statements, taken as a whole, are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an audit opinion. Reasonable assurance means a high level of assurance, but not a guarantee that the audit carried out in accordance with Brazilian and international auditing standards will always detect any material misstatements. Distortions may be due to fraud or errors and are considered relevant when, individually or jointly, they can reasonably influence the economic decisions of users taken on the basis of those financial statements.

As a part of the audit carried out in accordance with Brazilian and international auditing standards, we perform a professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. In addition:

- We identify and evaluate the risks of material misstatement in the financial statements, whether due to fraud or error, we plan and perform audit procedures in response to such risks, as well as we obtain audit evidence appropriate and enough to base our opinion. The risk of not detecting significant distortion resulting from fraud is greater than that resulting from error, since fraud may involve the act of circumventing internal controls, collusion, falsification, omission or false representations.
- We obtain an understanding of internal controls relevant to the audit in order to plan audit procedures that are appropriate to the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's internal controls.
- We evaluate the appropriateness of the accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and respective disclosures made by management.
- We have reached a conclusion on the adequacy of Management's use of the going concern accounting basis and, based on the audit evidence obtained, if there is a material misstatement regarding the events or conditions which may raise significant doubt with respect to the Company's ability to continue as going concern. Should we conclude that there is a material misstatement, we should draw your attention in our audit report to the respective disclosures in the financial statements or include change in our opinion if the disclosures are inappropriate. Our conclusions are based on evidence obtained up to the date of our report. However, future events or conditions may cause the Company to no longer be a going concern.
- We evaluate the overall presentation, structure and content of financial statements, including disclosures, and whether the financial statements represent the related transactions and events in a manner consistent with the appropriate presentation purpose.

We communicate with the Management, inter alia, the planned scope, timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal controls that we have identified during our work.

***Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e
Comércio de Veículos Ltda.***
*Financial statements for the financial year
ending March 31, 2025*

São Paulo, May 27th, 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Mariana Zamana Forte
Accountant CRC 1SP243636/O-3

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Balance sheet as at March 31, 2025 and 2024

(In thousands of Reais)

Assets	Note explanatory	2025	2024
Cash and cash equivalents	4	112.247	133.117
Accounts receivable from clients	5	51.153	97.332
Inventory	6	283.187	354.914
Taxes recoverable	7	9.524	45.615
Other receivables		3.624	3.877
Total current assets		459.735	634.855
 Taxes recoverable	7	3.809	3.750
Judicial deposits	15	53.500	30.984
Deferred tax assets	9	243.787	262.985
Other receivables	10	123.824	7.105
Total long-term assets		424.920	304.824
 Fixed assets	8	376.864	404.237
Intangible	8	398	548
Total non-current assets		802.182	709.609
 Total assets		1.261.917	1.344.464

Liabilities	Note explanatory	2025	2024
Suppliers	11	179.420	313.623
Taxes and contributions payable	12	28.074	44.124
Wages and social charges		17.781	17.908
Provision for warranty, sales incentives and others	13	146.871	171.899
Deferred revenue	14	30.576	28.192
Provision for current income tax		271	1.793
Lease liabilities	21	2.335	3.062
Other accounts payable		25.852	33.313
Total current liabilities		431.180	613.914
 Provision for warranty, sales incentives and others	13	54.804	54.899
Provision for tax, civil and labor risks	15	75.169	80.578
Deferred revenue	14	71.400	76.194
Lease liabilities	21	14.367	16.654
Total non-current liabilities		215.740	228.325
 Share capital	16	616.628	616.628
Profit reserve	16	-	98.589
Subsidy reserve	16	215.913	-
Accumulated losses		(217.544)	(212.992)
Total shareholders' equity		614.997	502.225
 Total liabilities and shareholders' equity		1.261.917	1.344.464

The explanatory notes are an integral part of the financial statements.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda

Income statement

Financial years ended March 31, 2025 and 2024

(In thousands of Reais)

	Note explanatory	2025	2024
Net operating revenue	17	1.730.362	2.296.460
Cost of goods sold	18	<u>(1.290.318)</u>	<u>(1.864.573)</u>
Gross profit		<u>440.044</u>	<u>431.887</u>
Operating expenses			
Commercial	18	(179.210)	(182.800)
General and administrative	18	(130.241)	(117.920)
Loss on impairment of accounts receivable	5	(152)	45
Other expenses	19	(6.537)	(19.464)
Other income	19	<u>9.788</u>	<u>7.320</u>
		<u>(306.352)</u>	<u>(312.819)</u>
Earnings before financial expenses net of taxes		133.692	119.068
Financial income	20	23.926	7.154
Financial expenses	20	<u>(3.682)</u>	<u>(4.062)</u>
Net financial result		20.244	3.092
Earnings before tax		153.936	122.160
Income tax and social contribution			
Current	9	(21.965)	(30.317)
Deferred	9	<u>(19.199)</u>	<u>141.784</u>
Net profit for the financial year		<u><u>112.772</u></u>	<u><u>233.627</u></u>

The explanatory notes are an integral part of the financial statements.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Statement of comprehensive income

Financial years ended March 31, 2025 and 2024

(In thousands of Reais)

	2025	2024
Net profit for the financial year	112.772	233.627
Other comprehensive income	-	-
Total comprehensive income for the financial year	112.772	233.627

The explanatory notes are an integral part of the financial statements.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Statement of changes in equity

Financial years ended March 31, 2025 and 2024

(In thousands of Reais)

	Note explanatory	Share capital	Profit reserve	Subsidy reserve	Accumulated losses	Total shareholders' equity
Balances on March 31, 2023	16	<u>616.628</u>	<u>98.589</u>	<u>-</u>	<u>(446.619)</u>	<u>268.598</u>
Net profit for the financial year		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>233.627</u>	<u>233.627</u>
Balances on March 31, 2024	16	<u>616.628</u>	<u>98.589</u>	<u>-</u>	<u>(212.992)</u>	<u>502.225</u>
Constitution of Subsidy Reserve	16			215.913	(215.913)	-
Absorption of Reserves	16		(98.589)		98.589	-
Net profit for the financial year					<u>112.772</u>	<u>112.772</u>
Balances on March 31, 2025	16	<u>616.628</u>	<u>-</u>	<u>215.913</u>	<u>(217.544)</u>	<u>614.997</u>

The explanatory notes are an integral part of the financial statements.

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

Cash flow statement

Financial years ended March 31, 2025 and 2024

(In thousands of Reais)

	Note explanatory	2025	2024
Cash flow from operating activities			
Earnings before income tax and social contribution		153.936	122.160
Adjustments for:			
Provision for tax, civil and labor risks	15	11.690	15.460
Provision for warranty, sales incentives and others	13	147.459	190.700
Depreciation and amortization	8	31.559	30.921
(Provision) for losses and obsolete inventory	6	(1.330)	(83)
Reversal/(Provision) for impairment of accounts receivable	5	152	(45)
Residual value of fixed assets and intangible assets written off	8	1.712	4.004
Exchange rate variation	20	6	(30)
Deferred revenue	14	(2.410)	24.811
Provision for interest on leases	21	1.474	2.614
Monetary restatement of judicial deposits	15	(23.541)	-
Variations on:			
Accounts receivable	5	46.027	(43.400)
Inventory	6	73.057	13.739
Taxes recoverable	7	36.032	10.623
Other receivables from related parties		(116.466)	(5.056)
Judicial deposits	15	1.025	(830)
Suppliers	11	(134.209)	(264.820)
Taxes and contributions payable	12	(16.050)	(48.710)
Wages and social charges		(127)	5.447
Payment of provision for tax, civil and labor risks	15	(17.099)	(5.606)
Payment of provisions of warranty, sales incentives and others	13	(172.582)	(109.277)
Other accounts payable		(7.461)	6.206
Cash generated by (used in) operating activities, before income tax and social contribution			
Lease interest payments	21	(236)	(789)
Income tax and social contribution paid		(23.488)	(40.162)
Net cash flow from (used in) operating activities		(10.870)	(92.123)
Cash flow from investing activities			
Acquisition of fixed and intangible assets	8	(5.726)	(14.360)
Cash flow used in investing activities		(5.726)	(14.360)
Cash flow from financing activities			
Payment of lease principal	21	(4.274)	(4.330)
Net cash used in financing activities		(4.274)	(4.330)
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents		(20.870)	(110.813)
Cash and cash equivalents as of April 1, 2024		133.117	215.536
Cash and cash equivalents at March 31, 2025		112.247	133.117
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents		(20.870)	(82.419)

The explanatory notes are an integral part of the financial statements.

Explanatory notes to the financial statements

(Amounts expressed in thousands of Reais - R\$, unless otherwise indicated)

1 Operational context

Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e Comércio de Veículos Ltda. ("Company" or "JLR Brasil") is a limited liability company, headquartered at Avenida Ibirapuera, 2.332 - Torre I – 10th floor, in São Paulo, State of São Paulo, whose main objectives are the production of motor vehicles and the import and trade of motor vehicles, machinery, tools, parts, components and accessories, and the provision of services related to the activities described.

The vehicles and other products resold by the Company are imported from the related party Jaguar Land Rover Limited ("Parent Company" or "JLR UK"), an entity located in the United Kingdom.

In December 2014, the company began building a factory in Itatiaia - RJ, with a production capacity of up to 24,000 vehicles per year. In June 2016, the company began producing the Evoque and Discovery Sport models, ceasing production of the Evoque model in 2019. The company is currently producing the Discovery Sport model and, in November 2021, it started producing the Evoque model again, with production averaging 1,750 units per year of the two models.

The ultimate parent company of the Jaguar e Land Rover Group is Tata Motors Limited, a publicly traded company located in India with shares traded on the New York Stock Exchange (NYSE) and the Bombay Stock Exchange.

2 Presentation of the financial statements and main accounting policies

a. Basis of preparation

Declaration of conformity

The financial statements were prepared in accordance with accounting practices adopted in Brazil (BR GAAP).

The issuance of the financial statements was authorized by the Board of Directors on May 27th, 2025.

All relevant information specific to the financial statements, and only this information, is being disclosed, and corresponds to that used by the Board of Directors in its management.

b. Functional and presentation currency

These financial statements are presented in Brazilian Real, which is the Company's functional currency. All balances have been rounded to the nearest thousand, unless otherwise stated.

c. Transactions in foreign currency

Foreign currency transactions are translated into the Company's respective functional currency at the exchange rate on the dates of the transactions.

Monetary assets and liabilities denominated and calculated in foreign currencies on the balance sheet date are reconverted to the functional currency at the exchange rate on that date. Non-monetary assets and liabilities that are measured at fair value in a foreign currency are reconverted to the functional currency at the exchange rate on the date the fair value was determined. Non-monetary items that are measured based on historical cost in foreign currency are converted at the exchange rate on the transaction date. Foreign currency differences resulting from the reversion are generally recognized in the income statement.

d. Use of estimates and judgments

In preparing these financial statements, management has made judgments and estimates about the future that affect the application of accounting policies and the reported amounts of assets, liabilities, income and expenses. Actual results may differ from these estimates.

Estimates and assumptions are reviewed on an ongoing basis and are consistent with the company's risk management. Reviews to estimates are recognized prospectively.

(i) Judgments

Information on judgments made in applying accounting policies that have a significant effect on the amounts recognized in the financial statements is included in the following explanatory notes:

Explanatory note no. 21 - Lease liabilities - Lease term if the Company is reasonably certain of exercising extension options.

(ii) Uncertainties about assumptions and estimates

Information on uncertainties about assumptions and estimates at the reporting date that have a significant risk of resulting in a material adjustment to the accounting balances of assets and liabilities in the next fiscal year is included in the following notes:

Explanatory note no. 5 - Accounts receivable - provision for expected losses on accounts receivable

Explanatory note no. 6 - Inventories - provision for losses and obsolete inventories

Explanatory note no. 8 - Fixed assets - impairment analysis

Explanatory note no. 9 - Recognition of deferred tax assets - availability of future taxable income against which temporary differences and tax losses can be utilized

Explanatory note no. 13 - Provision for warranty, sales incentives and others

Explanatory note no. 15 - Provision for tax, civil and labor risks

e. Inventory

The balance of inventories is substantially made up of finished products, raw materials and inventories in transit, which are measured at the lower of cost and net recoverable value. In the case of manufactured inventories, the cost includes a portion of the general manufacturing costs based on normal operating capacity. Provisions for slow-moving or obsolete inventories are made when deemed necessary by management.

When evidence is identified and the average acquisition cost exceeds the net recoverable value, a provision for loss is set up, adjusting the net book value to the recoverable value in the income statement for the financial year.

f. Fixed assets

Items of fixed assets are measured at historical acquisition, formation or construction cost, less accumulated depreciation and any accumulated impairment losses (*impairment*).

Subsequent costs are included in the carrying amount of the asset or recognized as a separate asset, as appropriate, only when it is probable that future economic benefits associated with the item will be earned by the Company and the cost of the item can be measured reliably. All other repairs and maintenance are charged to the income statement as incurred.

Depreciation reflects the pattern of consumption by the Company of future economic benefits, and is calculated for items of fixed assets, net of their estimated residual values, using the straight-line method, based on the items' estimated useful lives. Depreciation is recognized in the income statement, and land is not depreciated. See annual depreciation rates in note 8.

Residual values, useful lives and depreciation methods are reviewed at each balance sheet date and adjusted if appropriate.

A fixed asset is written off at the time of disposal or when there are no future economic benefits resulting from the continued use of the asset. Any gains or losses on the sale or retirement of a fixed asset are recognized in profit or loss, determined by the difference between the consideration received on the sale and the book value of the asset.

g. Current and non-current liabilities

Stated at known or estimated amounts, plus, where applicable, the corresponding charges and exchange and monetary variations incurred up to the balance sheet date.

h. Provision for warranty, recall, sales incentives and others

The provision for warranty is set up when the vehicle is sold, based on the estimated amount to be spent during the three-year warranty period. This estimate is based on historical information on the occurrence of warranty situations, taking into account estimates of the frequency and average cost of repairs by vehicle model. The actual expenses incurred with the recall campaign are reimbursed by the parent company. The expenses actually incurred with the *recall* campaign are reimbursed by the parent company. Sales incentives are performance bonuses paid to dealers at the time the vehicle is sold. The amounts are determined on the basis of the vehicle models and the performance rate stipulated in the sales policy.

i. Provision for tax, civil and labor risks

A provision is recognized in the balance sheet when the Company has a legal or constructive obligation as a result of a past event and it is probable that an outflow of economic resources will be required to settle the obligation. Provisions are recorded based on the best estimates of the risk involved.

j. Current and deferred income tax and social contribution

Income tax and social contribution for the current and deferred financial years are calculated based on the rates of 15%, plus an additional 10% on taxable income in excess of R\$ 240 for income tax and 9% on taxable income for social contribution on net income, and take into account the offsetting of tax losses and negative social contribution bases, limited to 30% of actual income for the financial year.

Income and social contribution tax expense includes current and deferred income and social contribution taxes. Current and deferred taxes are recognized in profit or loss unless they relate to items directly recognized in equity or other comprehensive income.

(i) Current income tax and social contribution expenses

Current tax expense is the estimated tax payable or receivable on taxable profit or loss for the financial year and any adjustment to tax payable in respect of previous years. The amount of current taxes payable or receivable is recognized in the balance sheet as a tax asset or liability based on the best estimate of the expected amount of taxes to be paid or received and is measured based on the tax rates enacted at the balance sheet date.

Current tax assets and liabilities are offset only if certain criteria are met.

(ii) Deferred income tax and social contribution expenses

Deferred tax assets are recognized in relation to temporary differences between the carrying amounts of assets and liabilities for financial statement purposes and those used for tax purposes. Changes in deferred assets during the financial year are recognized as deferred income tax and social contribution expenses.

A deferred tax asset is recognized in relation to unused tax losses and deductible temporary differences, to the extent that it is probable that future taxable profits will be available against which they will be used. Future taxable profits are determined based on the reversal of relevant tax temporary differences. If the amount of taxable temporary differences is insufficient to fully recognize a deferred tax asset, future taxable profits will be considered, adjusted for the reversals of existing temporary differences, based on the Company's business plans.

The measurement of deferred tax assets reflects the tax consequences arising from the manner in which the Company expects to recover or settle its assets and liabilities.

Deferred tax assets and liabilities are offset only if certain criteria are met.

k. Revenue recognition

Product sales

The CPC 47 standard establishes principles that a company should apply to determine the measurement of a revenue and how and when it should be recognized, based on five steps: (i) identification of contracts with clients; (ii) identification of the performance obligations set out in the contracts; (iii) determination of the transaction price; (iv) allocation of the transaction price to the performance obligations set out in the contracts; and (v) recognition of revenue when the performance obligation is met.

Provision of services

Revenue and costs associated with the provision of services are recognized when the services are provided and the materials benefited are delivered to the client.

Deferred income from services

The company allocates part of the consideration received to the "service plan" program, which the client opts for at the time of purchase and pays to obtain financial benefits (discounts) on future vehicle servicing. The amount disbursed by the client on joining is allocated to the plan and deferred revenue is recognized when the contracted service is used during the period.

l. Financial instruments

The company classifies financial assets and liabilities in the amortized cost category.

(i) *Financial assets - Initial recognition*

Trade accounts receivable are initially recognized on the date they originate. All other financial assets and liabilities are initially recognized when the Company becomes a party to the contractual provisions of the instrument.

A financial asset (unless it is a trade receivable without a significant financing component) or financial liability is initially measured at fair value, plus, for an item not measured at FVTPL, transaction costs that are directly attributable to its acquisition or issue. A trade receivable without a significant financing component is initially measured at the transaction price.

(ii) *Classification and measurement subsequent*

On initial recognition, a financial asset is classified as measured at amortized cost.

Financial assets are not reclassified subsequent to initial recognition, unless the Company changes its business model for managing financial assets, in which case all affected financial assets are reclassified on the first day of the reporting period following the change in business model.

A financial asset is measured at amortized cost if it meets both of the following conditions and is not designated as measured at FVTPL:

- It is maintained within a business model whose objective is to hold financial assets to receive contractual cash flows; and
- Their contractual terms generate, on specific dates, cash flows that relate only to the payment of principal and interest on the outstanding principal amount.

(iii) *Financial assets - Subsequent measurement and gains and losses*

Financial assets at amortized cost are subsequently measured at amortized cost using the effective interest method. The gross book value is reduced by impairment losses. Interest income, foreign exchange gains and losses and *impairment* are recognized in the income statement. Any gain or loss on derecognition is recognized in profit or loss.

(iv) *Financial liabilities - Classification, subsequent measurement and gains and losses*

Financial liabilities have been classified as measured at amortized cost using the effective interest method. Interest expense and exchange gains and losses are recognized in the income statement. Any gain or loss on recognition is also recognized in profit or loss.

(v) *Derecognition*

Financial assets

The Company derecognizes a financial asset when the contractual rights to the asset's cash flows expire, or when the Company transfers the contractual rights to receive the contractual cash flows on a financial asset in a transaction in which substantially all the risks and rewards of ownership of the financial asset are transferred or in which the Company neither transfers nor retains substantially all the risks and rewards of ownership of the financial asset and also does not retain control over the financial asset.

The Company carries out transactions in which it transfers assets recognized in the balance sheet, but retains all or substantially all of the risks and rewards of the assets transferred. In such cases, financial assets are not derecognized.

Financial liabilities

The Company derecognizes a financial liability when its contractual obligation is withdrawn, cancelled or expires. The Company also derecognizes a financial liability when the terms are modified and the cash flows of the modified liability are substantially different, in which case a new financial liability based on the modified terms is recognized at fair value.

On derecognition of a financial liability, the difference between the extinguished carrying amount and the consideration paid (including assets transferred that do not pass through cash or liabilities assumed) is recognized in profit or loss.

m. Impairment (*Impairment*)

(i) *Financial assets measured at amortized cost*

The Company considers evidence of loss of value of assets measured at amortized cost at both the individual and collective levels. All individually significant assets are assessed for impairment. Those identified as having suffered no loss of value individually are then assessed collectively for any loss of value that has occurred but has not yet been identified. Assets that are not individually significant are collectively assessed for impairment based on the grouping of assets with similar risk characteristics.

When assessing impairment losses collectively, the Company uses historical trends of the recovery period and the loss amounts incurred, adjusted to reflect management's judgment as to whether current economic and credit conditions are such that actual losses are likely to be greater or less than those suggested by historical trends.

An impairment loss is calculated as the difference between the book value and the present value of estimated future cash flows, discounted at the asset's original effective interest rate. Losses are recognized in the income statement and reflected in a provision account. When the company considers that there are no reasonable expectations of recovery, the amounts are written off. When a subsequent event indicates a reduction in impairment, the reduction in impairment is reversed through profit or loss.

According to CPC 48, provisions for losses are measured on one of the following bases:

- 12-month expected credit losses: these are credit losses that result from possible default events within 12 months of the balance sheet date; and
- Lifetime expected credit losses: these are credit losses that result from all possible default events over the expected life of a financial instrument.

For accounts receivable, the calculation methodology determines whether the credit risk of a financial asset has increased significantly since initial recognition and when estimating expected losses on accounts receivable, the Company considers reasonable and supportable information that is relevant and available without excessive cost or effort. This includes quantitative and qualitative information and analysis, based on the Company's historical experience, credit assessment and considers forward-looking information.

(ii) *Non-financial assets*

The carrying amounts of the Company's non-financial assets, other than deferred income tax and social contribution assets, are reviewed at each balance sheet date to determine whether there is an indication of impairment. If such an indication occurs, then the recoverable value of the asset is estimated.

For impairment tests, assets are grouped into the smallest possible group of assets that generates cash inflows from their continuous use, mostly independent of cash inflows from other assets, or Cash Generating Units ("CGUs").

The recoverable amount of an asset or CGU is the higher of its value in use or its fair value less costs to sell. Value in use is based on estimated future cash flows, discounted to their present value using a pre-tax discount rate that reflects current market assessments of the time value of money and the specific risks of the asset or CGU.

An impairment loss is recognized if the carrying amount of the asset or CGU exceeds its recoverable amount.

Impairment losses are recognized in the income statement. Impairment losses are reversed only to the extent that the carrying amount of the asset does not exceed the carrying amount that would have been determined, net of depreciation or amortization, if the impairment loss had not been recognized.

n. Leases

At the start or modification of a contract, the Company assesses whether a contract is or contains a lease.

A contract is, or contains a lease, if the contract transfers the right to control the use of an identified asset for a period of time in exchange for consideration.

The lease liability is measured initially at the present value of the lease payments that are not made at the commencement date, discounted at the interest rate implicit in the lease or, if that rate cannot be determined immediately, at the Company's incremental borrowing rate.

3 New accounting standards and interpretations not yet effective

A series of new accounting standards will be effective for fiscal years beginning after January 1, 2024. The Company has not adopted the following accounting standards in the preparation of these financial statements.

a) IFRS 18 Presentation and Disclosure of Financial Statements

IFRS 18 will replace CPC 26/IAS 1 Presentation of Financial Statements and applies to annual reporting periods beginning on or after January 1, 2027. The new standard introduces the following main new requirements.

- Entities are required to classify all income and expenses into five categories in the profit and loss statement, namely the operating, investment, financing, discontinued operations and income tax categories. Entities are also required to present a newly defined operating profit subtotal. The net profit of the entities will not change.
- The performance measures defined by management (MPMs) are disclosed in a single note in the financial statements.
- Enhanced guidance is provided on how to group information in the financial statements.

In addition, all entities are required to use the subtotal of operating profit as the starting point for the cash flow statement when presenting operating cash flows using the indirect method.

The Company is still in the process of evaluating the impact of the new standard, particularly with regard to the structure of the income statement, the cash flow statement and the additional disclosures required for MPMs. The Company is also evaluating the impact on how information is grouped in the financial statements, including items currently labeled as 'other'.

b) Other Accounting Standards

The following new and amended standards are not expected to have a significant impact on the Company's financial statements:

- Lack of convertibility (amendments to CPC 02)
- Classification and measurement of financial instruments (changes to IFRS 9 and IFRS 7)

4 Cash and cash equivalents

	2025	2024
Cash and banks	55,501	102,714
DI investment fund	324	212
Overnight investments (*)	<u>56,422</u>	<u>30,191</u>
Total	<u>112,247</u>	<u>133,117</u>

(*) The investments on March 31, 2025 and 2024 correspond to overnight investments indexed to 10% per year of the variation of the Interbank Deposit Certificate.

5 Accounts receivable from clients

	2025	2024
Receivables from dealers	51,305	97,332
Provision for expected losses on accounts receivable	<u>(152)</u>	<u>-</u>
Total	<u>51,153</u>	<u>97,332</u>

Accounts receivable are recorded in the balance sheet at the nominal value of the securities and deducted by the provision for expected losses, when applicable, which is set up considering the individual evaluation of the credits, the analysis of the economic situation and the history of losses recorded in previous years by maturity range.

The balances of accounts receivable by age are shown below:

	2025	2024
Due to maturity	47,206	38,474
Maturity:		
From 1 to 30 days	3,947	58,858
From 31 to 90 days	-	-
From 91 to 120 days	<u>152</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>51,305</u></u>	<u><u>97,332</u></u>

The average collection period for sales to dealers is 28 days for the sale of parts, without interest, and 2 days for the sale of vehicles.

Changes in the provision for expected losses on accounts receivable

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>-</u>	<u>(45)</u>
Addition	(152)	-
Reversal	<u>-</u>	<u>45</u>
Balance at the end of the financial year	<u><u>(152)</u></u>	<u><u>-</u></u>

6 Inventory

	2025	2024
Vehicles	116,098	137,981
Parts and accessories	120,808	120,353
Imports in transit	57,761	109,390
Provision for losses and obsolete inventory	<u>(11,480)</u>	<u>(12,810)</u>
Total	<u><u>283,187</u></u>	<u><u>354,914</u></u>

Changes in the provision for losses and obsolete inventory

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>(12,810)</u>	<u>(12,893)</u>
Addition	(8,412)	(8,779)
Write-offs	<u>9,742</u>	<u>8,862</u>
Balance at the end of the financial year	<u><u>(11,480)</u></u>	<u><u>(12,810)</u></u>

7 Taxes recoverable

	2025	2024
ICMS recoverable (a)	-	26,629
ICMS on fixed assets	3,809	3,750
IPI recoverable (b)	5,890	11,267
Income Tax Withholding - IRRF	287	583
Tax advances (c)	-	6,374
IPRJ Negative Base	2,221	-
CSLL Negative Base	599	-
Others	527	762
Total	<u>13,333</u>	<u>49,365</u>
Current installment	9,524	45,615
Non-Current installment	3,809	3,750
Total	<u>13,333</u>	<u>49,365</u>

- (a) The balance of ICMS in the São Paulo establishments will be used in a few months after the transfer of vehicles from Itatiaia to São Paulo and subsequent resale to dealers located in that state. The adaptation of the SAP system was completed in March 2023 and sales began in April 2023. Consumption of the balance of ICMS to be recovered was completed during 2024.
- (b) According to MDIC decree 2.202/18, as of 2022 JLR will benefit from an IPI reduction (1 or 2 pp reduction depending on classification) for vehicles that meet the energy efficiency levels set out in the Rota 2030 program.
- (c) Taxes paid in advance of the import process, the payment of which at the end of 2024 was made via automatic debit on the last day of the month, but the invoice was only issued in April 2024, so it was not possible to record the taxes to be recovered and non-recoverable taxes.

8 Fixed and Intangible Assets

		2025			2024
	Annual rate of depreciation/ amortization %	Cost	Depreciation/ Amortization Accumulated	Net	Net
Fixed assets:					
Right of use assets	16	8,090	(7,416)	674	1,955
Land	-	101,431	-	101,431	101,431
Buildings	4	284,085	(102,581)	181,504	193,240
Furniture and utensils	10	2,755	(1,503)	1,252	1,028
Machinery and equipment	10	182,149	(114,626)	67,523	75,997
Computer equipment	20	38,529	(30,858)	7,671	11,564
Special tools	10	57,624	(57,176)	448	673
Motor vehicles	11	1,365	(1,159)	206	278
Fixed assets in progress	-	16,154	-	16,154	16,294
Intangible:					
Software	33	2,517	(2,118)	399	548
Total		694,699	(317,437)	377,262	404,785

Movement of fixed assets

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>404,785</u>	<u>425,235</u>
Additions:		
Right of use	22	115
Land	1,246	2,890
Buildings	945	782
Furniture and utensils	451	46
Motor vehicles	720	-
Machinery and equipment	847	9,078
Computer equipment	269	279
Special tools	362	240
Software	92	616
Fixed assets in progress	<u>794</u>	<u>429</u>
Total additions	<u>5,748</u>	<u>14,475</u>
Net write-offs	(1,712)	(4,004)
Depreciation/amortization - explanatory note 18	<u>(31,559)</u>	<u>(30,921)</u>
Balance at the end of the financial year	<u>377,262</u>	<u>404,785</u>

Impairment assessment

Every year the Company calculates the loss in recoverable value (*impairment*) of fixed assets.

On March 31, 2018, the Company recorded an expected loss on the recovery of its assets based on the fair value of fixed assets in the amount of R\$157.2 million.

The Company updates the analysis annually, but there has been no need to supplement the existing amount; therefore, no addition to the provision has been recorded to date.

In addition, there were no changes to the business assumptions and scenario.

The Company has a single cash-generating unit (CGU), whose recoverable value is determined based on the calculation of value in use using discounted cash flow projections based on a ten-year financial budget and a real discount rate of 11.7% as the average for the period.

Cash flow projections for the ten-year period, such as sales growth, costs, expenses, fixed investments and investments in working capital, are based on the strategic plan approved by management.

The main assumptions used in the discounted cash flow projection are:

Revenues: Projected from 2026 to 2035 in line with CGU's growth history, as well as the macroeconomic scenario estimated for the coming years.

Operating costs and expenses: Projected based on the Company's historical performance and the scenario assessed in its strategic plan.

Fixed investments: Fixed investment projections are aimed at replenishing the operational fixed asset base.

Investments in working capital: Projected on the basis of revenue growth.

Final value: Estimated based on the discounted cash flow projection taking into account projected expectations from 2026 to 2035 and the average discount rate for the period.

9 Income tax and social contribution

The reconciliation of income tax and social contribution expenses for the financial years ended March 31, 2025 and 2024 is shown below:

	2025	2024
Earnings before tax	153,936	122,160
Tax rate	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Income tax and social contribution at the rate	(52,338)	(41,534)
Effect of income tax on permanent differences:		
Transfer price adjustment	-	(3,138)
Investment grants	13,147	44,904
Negative income tax balance (a)	850	2,199
Deferred tax assets on tax losses (b)	-	100,329
Others	<u>(2,822)</u>	<u>8,707</u>
Total income tax and social contribution expenses	<u>(41,164)</u>	<u>111,467</u>
Current	(21,965)	(30,317)
Deferred	(19,199)	141,784
Effective rate	-27%	91%

- (a) The negative IRPJ balance was verified at the close of the period together with the 2023 accounting SPED and recorded in December 2024, referring to an overpayment of income tax. The 2024 balance recorded in September 2023 refers to the 2022 accounting SPED.
- (b) Considering the Business Plan prepared by the Company for the next five years, it was identified that there would be a tax profit and consequent consumption of the loss balance in 2024. In order to comply with the accounting rules set out in CPC 23, in March 2024 deferred Income Tax and Social Contribution were set up on tax losses, in the amount of R\$ 100,329.

The balance of deferred income tax and social contribution assets is as follows:

	2025	2024
Deferred tax assets on temporary differences:		
Provision for expected loss on accounts receivable	52	-
Provision for bonuses	12,404	11,141
Provision for risks	25,666	28,116
Provision for warranty and technical assistance	39,989	35,494
Provision for sales and marketing incentives	16,220	30,491
Provision for employees	2,833	2,903
Provision for Inventory	362	537
Provision for investments	713	535
Recoverable value of fixed assets (impairment)	53,439	53,439
Deferred tax assets on tax losses	<u>92,109</u>	<u>100,329</u>
Total	<u><u>243,787</u></u>	<u><u>262,985</u></u>

Changes in deferred tax asset balances

	Recognized in the 2024 result	Balance 2024	Recognized in the 2025 result	Balance 2025
Provision for expected loss on accounts receivable	(15)	-	52	52
Provision for bonuses	6,890	11,141	1,263	12,404
Provision for risks	2,367	28,116	(2,450)	25,666
Provision for warranty and technical assistance	5,040	35,494	4,495	39,989
Provision for sales and marketing incentives	25,354	30,491	(14,271)	16,220
Provision for employees	1,693	2,903	(70)	2,833
Provision for Inventory	(27)	537	(175)	362
Provision for investments	152	535	178	713
Recoverable value of assets	-	53,439	-	53,439
Deferred tax assets on tax losses	100,329	100,329	(8,220)	92,109
Net tax assets	141,783	262,985	(19,198)	243,787

Management considers that deferred assets arising from temporary differences will be realized in proportion to the final resolution of the events.

10 Related Parties

These refer to transactions carried out with the parent company (Jaguar Land Rover Limited).

	2025	2024
Balances:		
Other receivables (a)	123,824	7,105
Suppliers - related parties (b) - Explanatory note No. 11	156,761	290,687

- (a) In January 2025, the Company recognized a receivable from related parties in relation to the transfer price adjustment in the amount of R\$123,635, which is expected to be paid during 2026. The rest of the balance, equivalent to R\$ 189, refers to amounts receivable for reimbursement of expenses and costs incurred (parts and labor) with *recall* of vehicles, with no fixed due date or charges.
- (b) These refer to amounts payable for the acquisition of vehicles, parts and accessories with the parent company, denominated in local currency.

	2025	2024
Transactions:		
Purchases of parts and vehicles	929,561	707,707

Managers' remuneration

Expenses with managers' remuneration during the financial year ended March 31, 2025 amounted to R\$ 3,202 (R\$ 2,282 in 2024). This remuneration consists of salaries and wages, including 13th salary and vacation pay, and short-term benefit plans, such as medical and dental care, among others.

11 Suppliers

	2025	2024
Suppliers	22,659	22,936
Foreign suppliers - Related parties (Explanatory note No. 10)	156,761	290,687
Total	179,420	313,623

12 Taxes and contributions payable

	2025	2024
ICMS	1,289	-
PIS	1,726	2,806
COFINS	8,259	13,603
ICMS-ST	16,484	27,219
Others	316	496
Total	<u>28,074</u>	<u>44,124</u>

The changes in the balances of taxes payable refer to the sales volumes in March 2025 compared to the volumes in March 2024.

13 Provision for warranty, sales incentives and others

	2025	2024
Provision for warranty and technical assistance (a)	117,484	104,352
Sales incentives (b)	77,839	113,066
Direct sales commission	1,549	2,117
Provision for marketing	4,803	7,263
Total	<u>201,675</u>	<u>226,798</u>
Current installment	146,871	171,899
Non-Current installment	54,804	54,899
Total	<u>201,675</u>	<u>226,798</u>

- (a) Established at the time the vehicle is sold, based on an estimate of the amount to be spent during the three-year warranty period. This estimate is based on historical information on the occurrence of warranty situations, taking into account estimates of the frequency and average cost of repairs by vehicle model. Estimated warranty costs are recorded as commercial expenses.
- (b) Performance bonuses paid to dealers at the time the vehicle is sold. The amounts are determined on the basis of the vehicle models and the performance rate stipulated in the sales policy.

Changes in the provision for warranty and technical assistance

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>104,352</u>	<u>89,369</u>
Addition	112,507	95,866
Payments	(99,375)	(80,883)
Balance at the end of the financial year	<u>117,484</u>	<u>104,352</u>

Changes in the provision for sales incentives

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>113,066</u>	<u>23,977</u>
Addition	112,113	117,483

Payments	(147,340)	(28,394)
Balance at the end of the financial year	<u>77,839</u>	<u>113,066</u>

14 Deferred revenue

	2025	2024
Deferred revenue - Land (a)	24,340	25,390
Deferred revenue - "Service plan" (b)	<u>77,636</u>	<u>78,996</u>
Total	<u><u>101,976</u></u>	<u><u>104,386</u></u>
Current installment	30,576	28,192
Non-Current installment	<u>71,400</u>	<u>76,194</u>
Total	<u><u>101,976</u></u>	<u><u>104,386</u></u>

- (a) Deferred revenue relating to the benefit received from a plot of land donated by the Rio de Janeiro state government as an investment grant for the construction of its factory in the state. The consideration for this land was recorded as deferred income and is being offset against the income statement for the period, with an estimated offsetting period of 18 years. In 2021, the Company achieved the mandatory counterparts established, such as job creation, investment in research and development, investment in social, cultural, environmental, science and technology and technical vocational education projects and 400 employees dedicated to the Itatiaia plant.
- (b) Deferred revenue relating to the provision of a service, which the client opts for at the time of purchase and pays for in order to obtain financial benefits (discounts) on future servicing of the vehicle.

15 Provision for tax, civil and labor risks

	2025	2024
Civil	33,498	46,240
Tax (a)	<u>41,671</u>	<u>34,338</u>
Total	<u><u>75,169</u></u>	<u><u>80,578</u></u>

Changes in the risk provision

	Balance in 2024	Additions	Reversals	Payments	Balance in 2025
Civil	46,240	14,591	(10,234)	(17,099)	33,498
Tax (a)	<u>34,338</u>	<u>7,333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41,671</u>
Total	<u><u>80,578</u></u>	<u><u>21,924</u></u>	<u><u>(10,234)</u></u>	<u><u>(17,099)</u></u>	<u><u>75,169</u></u>

- (a) This is an infraction notice drawn up by the Rio de Janeiro State Finance Department on July 11, 2018, to demand ICMS tax, on the grounds that the company had mistakenly booked the tax documents - which support the transactions assessed - and thus avoided the alleged ICMS tax. On December 31, 2022, the case was closed in the administrative discussion and the Company filed the annulment action, but the responsible law firm's indication is that the risk of loss is probable, due to the lack of supporting documentation.

On March 31, 2025, the contingencies assessed by the Company's legal advisors and management as a risk of possible loss amounted to R\$ 296,098 (R\$ 268,263 in 2024). The possible loss lawsuits are spread out and are of a tax (R\$ 214,784), civil (R\$ 80,579) and labor (R\$ 735) nature.

The company has judicial deposits related to lawsuits, as shown below:

Movement of judicial deposits

	2025	2024
Balance at the start of the financial year	<u>30,984</u>	<u>30,154</u>
Addition	5,083	3,027
Monetary restatement	23,541	-
Disposals and uses	<u>(6,108)</u>	<u>(2,197)</u>
Balance at the end of the financial year	<u><u>53,500</u></u>	<u><u>30,984</u></u>

The amount of judicial deposits represented above is mostly of tax origin, totaling R\$ 51,439, and the other dispersed processes represent R\$ 2,061.

16 Share capital

The Company's share capital, subscribed and paid up, is R\$616,628 as of March 31, 2025 and 2024, represented by 616,627,735 quotas with a nominal value of R\$1.00 each, belonging to the following shareholders:

	<u>Quotas</u>	
	2025	2024
Shareholders:		
Jaguar Land Rover Limited	616,627,734	616,627,734
JLR Nominee Company Limited	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>616,627,735</u></u>	<u><u>616,627,735</u></u>

a. Profit reserve

The profit reserve was set up based on the profits from 2014 and 2015, in which the company made a profit of R\$117,380 and R\$27,261, respectively. Of the reserve amount, R\$5,970 was earmarked for interest on equity payable and R\$40,000 was paid into the share capital on February 15, 2015.

In December 2024, the Company fully incorporated the total amount of profit reserves of R\$98,589 that it held in reserve for accumulated losses. The action was approved and formalized in the minutes of the ordinary shareholders' meeting held on November 14, 2024.

b. Subsidy reserve

The subsidy reserve of R\$215,913 was set up in December 2024 based on the benefits enjoyed during the periods from 2021 to 2023, of which R\$46,919 in 2021, R\$48,106 in 2022 and R\$120,888 in 2023.

The origin of the amounts is due to the financing contract signed between JLR and the State of Rio de Janeiro on April 16, 2014 and corresponds to the sum of the "monthly compensations" of ICMS of the branch in the Municipality of Itatiaia - RJ.

This contract was approved on account of JLR's inclusion in the Program for Attracting Structuring Investments ("RIOINVEST"), implemented by State Law No. 6,661/2014, within the context of the Economic and Social Development Fund ("FUNDES") and regulated by State Decree No. 23,012/1997.

Both RIOINVEST and FUNDES, which underpin the tax treatment in question, were reinstated in Rio de Janeiro by State Decree No. 46,409/2018, based on ICMS Agreement No. 190/2017 and Complementary Law No. 160/2017.

Once all the legal requirements had been met, JLR began to use FUNDES funds for the project to set up a premium vehicle factory located in Rio de Janeiro (implementation, pre-operation and operation phases), in an area donated by Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN") under the terms of State Law No. 6,663/2014. The ICMS benefits resulting from JLR's inclusion in FUNDES are also based on State Law No. 6,662/2014.

The financing contract signed between the state of Rio de Janeiro and JLR involves a monthly financing dynamic, limited to up to 80% of the ICMS due, which in practice is converted into a discount on this tax calculated monthly, as a result of the state's default under FUNDES.

17 Net operating revenue

	2025	2024
Domestic sales	2,680,666	3,679,074
Sales of services	31,557	28,512
Sales taxes	(790,263)	(1,106,834)
Returns, discounts and rebates	(191,598)	(304,292)
Net operating revenue	<u>1,730,362</u>	<u>2,296,460</u>

18 Costs and expenses by nature

	2025	2024
Raw materials and consumables used	(1,258,759)	(1,833,652)
Depreciation and amortization costs and expenses (explanatory note 8)	(31,559)	(30,921)
Employee costs and expenses	(82,976)	(76,943)
Structure and maintenance costs	(18,204)	(8,972)
Insurance, warranty, fees and charges	(15,129)	(18,632)
IT and project expenses	(2,185)	(2,953)
Expenditure on third-party services and others	(11,747)	(10,420)
Expenditure on advertising, promotions and sales	(179,210)	(182,800)
Total cost of goods sold and commercial, general and administrative and personnel expenses	<u>(1,599,769)</u>	<u>(2,165,293)</u>
Cost of goods sold	(1,290,318)	(1,864,573)
Commercial expenses	(179,210)	(182,800)
General and administrative expenses	(130,241)	(117,920)
Total	<u>(1,599,769)</u>	<u>(2,165,293)</u>

19 Other income (expenses)

2025	2024
------	------

Tax benefit on land	2,464	2,464
Commissions	6,007	4,062
Other	<u>1,317</u>	<u>794</u>
Total other income	<u>9,788</u>	<u>7,320</u>
Provision for risks - Explanatory note No. 15	(4,825)	(15,460)
Asset write-off	<u>(1,712)</u>	<u>(4,004)</u>
Total other expenses	<u>(6,537)</u>	<u>(19,464)</u>

20 Net financial result

	2025	2024
Financial expenses:		
Other financial expenses	<u>(3,682)</u>	<u>(4,062)</u>
Total financial expenses	<u>(3,682)</u>	<u>(4,062)</u>
Financial income:		
Income from financial investments	391	103
Monetary restatement (a)	23,541	7,020
Net exchange variation	<u>(6)</u>	<u>31</u>
Total financial income	<u>23,926</u>	<u>7,154</u>
Net financial result	<u>20,244</u>	<u>3,092</u>

(a) Refers to the monetary restatement of judicial deposits in the amount of R\$ 23,541, explanatory note 15

21 Lease liabilities

	2025	2024
Classes		
Buildings	681	2,313
Machinery and equipment	155	-
Water Plant	<u>15,866</u>	<u>17,403</u>
Total	<u>16,702</u>	<u>19,716</u>
Current installment	2,335	3,062
Non-Current installment	<u>14,367</u>	<u>16,654</u>
Total	<u>16,702</u>	<u>19,716</u>

a. Changes in lease liabilities

April 1, 2023	<u>22,106</u>
----------------------	---------------

Interest on rent	2,614
Addition of a right of use	115
Payment of lease principal	(4,330)
Lease interest payments	<u>(789)</u>
March 31, 2024	<u>19,716</u>
Interest on rent	1,474
Addition of a lease	22
Payment of lease principal	(4,274)
Lease interest payments	<u>(236)</u>
March 31, 2025	<u>16,702</u>

b. Maturity schedule of lease liabilities

Leases payable	R\$
2025	2,335
2026	2,314
2027	2,477
2028	2,957
2029	3,529
2030 onwards	<u>3,090</u>
Total lease liabilities	<u>16,702</u>
Current	2,335
Non-current	14,367

22 Financial instruments

22.1 Accounting classification and fair values

For all operations, Management considers that the fair value is equal to the book value, since for these operations the book value reflects the settlement value on that date, due to the short maturity of these operations. Thus, the book values recorded in the balance sheet for the balances of cash and cash equivalents, short-term investments, accounts receivable from clients, suppliers and lease liabilities do not differ from the respective fair values on March 31, 2025 and 2024.

		2025			
	Note	Financial assets at amortized cost	Other Financial Liabilities	Total on March 31st of 2025	Fair Value
Assets					
Cash and cash equivalents	4	112,247	-	112,247	112,247
Accounts receivable	5	<u>51,153</u>	<u>-</u>	<u>51,153</u>	<u>51,153</u>
		<u>163,400</u>	<u></u>	<u>163,400</u>	<u>163,400</u>
Liabilities					
Suppliers	11	-	179,420	179,420	179,420
Lease liabilities	21	-	16,702	16,702	16,702

	196,122	196,122	196,122
2024			
Financial assets at amortized cost	Other Financial Liabilities	Total on March 31st of 2024	Fair Value
133,117	-	133,117	133,117
97,332	-	97,332	97,332
230,449		230,449	230,449
-	313,623	313,623	313,623
-	19,716	19,716	19,716
	333,339	333,339	333,339

22.2 Risk management of financial instruments

Credit risk

Credit risk is the risk that the Company will incur financial losses if a client or a counterparty to a financial instrument fails to fulfill its contractual obligations. This risk arises mainly from the Company's accounts receivable from clients and financial instruments.

The book value of financial assets represents the maximum credit exposure.

In order to mitigate the risk of the company incurring losses as a result of the default of its financial institutions which are depositories of funds or financial investments, the company has adopted the practice of only carrying out operations with low-risk financial institutions assessed by rating agencies.

	2025	2024
Financial assets		
Measured at amortized cost:		
Cash and cash equivalents – Explanatory note 4	112,247	133,117
Accounts receivable - Explanatory note 5	51,153	97,332

Exchange rate risk

The Company is not exposed to foreign exchange risk between the currencies.

Liquidity risk

Liquidity risk is the risk that the Company will encounter difficulties in meeting the obligations associated with its financial liabilities that are settled with cash payments or with another financial asset. The company's liquidity depends mainly on the cash generated by operating activities. Liquidity risk management considers the assessment of liquidity requirements to ensure that the company has sufficient cash to meet its capital and operating expenses.

The table below analyzes the company's liabilities by maturity range, which comprises the period remaining on the balance sheet until the contractual maturity date. The figures presented do not include contractual discount rates.

	2025	2024
Financial liabilities measured at amortized cost:		
Suppliers - Explanatory note no. 11	22,659	22,936
Suppliers - Related parties - Explanatory note no. 10	156,761	286,767
Lease liabilities - Explanatory note no. 21	16,702	19,716

The average payment period for third-party suppliers is 30 days, while of related parties is 180 days.

		Cash flow				
	Book value	Total Value	2 months or less	2 - 6 months	6 - 12 months	Over 12 months
Liabilities						
Suppliers - Explanatory note no. 11	22,659	22,659	22,659	-	-	-
Suppliers - related parties - explanatory note no. 10	156,761	156,761	-	156,761	-	-
Lease liabilities - Explanatory note no. 21	16,702	16,702	389	778	1,167	14,368
	196,122	196,122	23,048	157,539	1,167	14,368

Interest rate risk

The objective of the company's interest rate risk management policy is to minimize the possibility of losses due to fluctuations in interest rates related to financial investments in current assets.

Exposure to interest rate risk

	2025	2024
Financial assets		
Measured at amortized cost:		
Cash and cash equivalents – Explanatory note 4	112,247	133,117

Cash flow sensitivity analysis for post-fixed interest rate instruments

A change of 100 basis points in interest rates on the balance sheet date would have increased (decreased) equity and profit for the financial year by the amounts shown below. The analysis considers that all other variables, especially exchange rates, would remain constant.

	Result for the financial year		Shareholders' equity, net of tax	
	100 b.p. increase	100 b.p. decrease	100 b.p. increase	100 b.p. Decrease
March 31, 2024				
Post-fixed interest rate instruments	206	(206)	502,431	502,019
Cash flow sensitivity (net)	206	(206)	502,431	502,019

**Jaguar e Land Rover Brasil Indústria e
Comércio de Veículos Ltda.**
*Financial statements for the financial year
ending March 31, 2025*

	<u>Result for the financial year</u>		<u>Shareholders' equity, net of tax</u>	
	100 b.p. increase	100 b.p. decrease	100 b.p. increase	100 b.p. Decrease
31st of March 2025				
Post-fixed interest rate instruments	<u>7,877</u>	<u>(7,877)</u>	<u>622,874</u>	<u>607,120</u>
Cash flow sensitivity (net)	<u>7,877</u>	<u>(7,877)</u>	<u>622,874</u>	<u>607,120</u>

* * *

Board of Directors

Joao Henrique Garbin de Oliveira
CEO

Margareth Licnerski Gonçalves
Financial Director

Hsu Wei Zheng
Accountant
CRC 1SP310236/O-0